

FAPs

Hora de cobrar

Pesquisadores se mobilizam para exigir dos estados repasses definidos em lei

CLAUDIA IZIQUE

Há sete anos, as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estavam implantadas em apenas dez estados brasileiros. Hoje, estão organizadas em 22 estados. Essa rede começa – ainda com grandes diferenças entre elas – a consolidar sua articulação com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e está preparada para respaldar o desenvolvimento científico regional. Seu maior problema, entretanto, é que, na grande maioria dos casos, os governos estaduais não cumprem as exigências constitucionais e não repassam às fundações os recursos previstos na lei. Esse não é o caso da FAPESP, já que o repasse de 1% da receita tributária é regularmente transferido. Nos demais estados, a comunidade científica já se mobiliza para garantir orçamentos compatíveis com as exigências da pesquisa e as demandas das empresas por inovação.

A Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), por exemplo, negocia a conversão de uma dívida de R\$ 300 milhões em ações ou participação em empresas do governo estadual. Esse valor corresponde à diferença acumulada do percentual de 1% dos recursos tributários do estado que não são repassados desde 1986, quando foi criada a fundação. No ano passado, de um orçamento previsto de R\$ 91 milhões, a Fapemig recebeu apenas R\$ 25 milhões. “As novas bolsas estão congeladas, assim como os auxílios a projetos de demanda espontânea de pesquisadores já aprovados. Só temos recursos para material de consumo”, diz José Geraldo Freitas Drumond, presidente da Fapemig.

Em Pernambuco, a comunidade científica também começa se articular para pedir ao Tribunal de Contas uma interpretação definitiva da lei que regulamentou o repasse do governo estadual à Fundação de Amparo à Ciência e

Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe). A Constituição estadual estabeleceu em 1988 esse valor em 1% da receita tributária, mas a lei – editada no ano seguinte – excluiu do cálculo os valores relativos a 25% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), 50% do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), recursos de convênios e receitas próprias, reduzindo o orçamento da Facepe a um décimo do que lhe seria devido. “Vivemos a seguinte situação: ou a lei que regulamentou o repasse é constitucional e precisa ser reformulada, ou o estado tem que repor o que deve”, afirma Fernando Machado, diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Facepe.

Mobilização de pesquisadores - Em todo o país, pesquisadores ligados às FAPs começam a se mobilizar para garantir acesso aos recursos constitucionalmente estabelecidos e a consolidar um sistema nacional de ciência e tecnologia no país. “É preciso fortalecer as FAPs, que são responsáveis pela operação desse sistema”, afirma Francisco Romeu Landi, diretor-presidente da FAPESP e presidente do Fórum das FAPs. Além de um efetivo repasse de recursos, sublinha Landi, o principal pleito das fundações é a autonomia financeira e administrativa e o respeito ao mandato dos seus conselheiros e diretores. “A substituição desses cargos não deveria coincidir com as eleições”, ele diz.

A expectativa é de que o MCT interceda junto aos governos estaduais para fazer cumprir os repasses legais de recursos de forma a superar situações consideradas “dramáticas”, como a da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs). A fundação, que deveria contar com 1,5% da receita tributária do estado – algo em torno de R\$ 94 milhões, em valores atuais –, nunca recebeu mais

que 30% desse valor. “Estamos apresentando proposta para o governo do estado, sugerindo um patamar fixo de repasse, mesmo que inferior ao percentual legal”, diz Carlos Nelson dos Reis, diretor científico da entidade. A estratégia é garantir um orçamento de R\$ 40 milhões, de forma a cobrir “alguns programas”, como diz Reis. “Mas, até o presente momento, não temos respostas.”

Para assegurar um melhor fluxo de recursos à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e garantir o cumprimento da lei, o Rio de Janeiro aprovou, no final do ano passado, emenda constitucional alterando o percentual de repasse de 2% – que jamais foi cumprido – para 1% da receita. Neste ano, a fundação espera ter a maior execução orçamentária de sua história: R\$ 120 milhões.

Os pesquisadores também se mobilizam por uma melhor estruturação das fundações. No Ceará, por exemplo, os repasses – correspondentes a 2% da receita líquida do estado – são cumpridos, “ainda que com alguns contingenciamentos”, como diz o diretor científico da Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (Funcap). O problema é que esses recursos, que somam algo em torno de R\$ 27 milhões, têm que ser compartilhados, desde 2001, com 41 centros de formação em tecnologia. “Estamos nos esforçando para conseguir que todo o percentual seja gasto em pesquisa”, diz Souza, garantindo que a proposta tem boa receptividade do estado.

Pressão e diálogo - Os diretores das fundações consultadas reconhecem que os governos estaduais sofrem com a falta de recursos. “No Rio Grande do Sul, o governo teve que parcelar o pagamento de salários”, justifica o diretor científico da Fapergs. “A pesquisa, no entanto, deveria ser prioridade. Em 2003, recebemos R\$ 12 milhões e tivemos que cortar tudo. Só mantivemos as bolsas, eventos e auxílio a congressos, que-remos abrir editais para outros projetos, mas não adianta nem tentar.” Em Minas Gerais, o governo do estado opera com um déficit de R\$ 1,7 bilhão, reconhece Drumond. “Mas já estamos no segundo ano de governo e é tempo de resolver a situação financeira do esta-

do”, ressalva. A comunidade científica mineira, afirma, “faz pressão” e pede para que seja cumprido 40% a 50% do orçamento. “Estamos preocupados com a contrapartida do estado nos convênios firmados com o MCT, como os do Pronex, por exemplo. O Estado não pode deixar de cumprir sua parte”, observa.

Para o presidente do Fórum das FAPs, aos poucos, a comunidade acadêmica dos diversos estados começa a se dar conta de que será preciso “pressão e diálogo” para ampliar os recursos destinados à pesquisa. “Essa consciência precisa ser ampliada para acadêmicos e empresários, afinal eles são os principais interessados na inovação”, afirma.

Agências federais - Para grande parte das fundações, os convênios com a Fi-

nanciadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) firmados no ano passado – diante das dificuldades orçamentárias – tiveram efeito de solução de emergência. Foi o caso da Facepe. Ali, os acordos firmados no âmbito do Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (Pappe), da Finep, acrescentarão mais R\$ 15 milhões ao orçamento nos próximos três anos. Outro programa, o PPP, garantiu mais R\$ 7 milhões, também para os próximos três anos. E uma parceria entre o estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o programa Promata, de apoio à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e difusão na Zona da Mata, trará outros R\$ 8 milhões para garantir o melhor apro-



veitamento da produção caprina e ovinha, e da agricultura familiar. “Mas, ainda assim, a situação está complicada, já que a pesquisa de balcão está comprometida, apesar dos bons projetos em parceria”, diz o diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Fapepe.

A Faperj também procura ampliar, neste ano, os convênios firmados com o MCT, no ano passado, para duplicar os recursos a serem aplicados em programas como o de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), de Apoio à Infra-Estrutura de Ciências, Tecnologia e Inovação para Jovens Pesquisadores (Primeiros Projetos), de Rede de Proteção e do Programa Rio Inovação, lançado em parceria como a Finep. “A proposta é obter contrapartidas no mesmo valor aplicado pela Faperj”, afirma Pedricto Rocha Filho, diretor-presidente da entidade.

Além de complementar o orçamento com verbas do governo federal, algumas FAPs buscam novas fontes de recursos. “Pretendemos buscar parcerias com instituições internacionais e com os municípios fluminenses”, conta Rocha Filho. Em Pernambuco, considera-se a possibilidade de criar “fundos setoriais regionais”, reunindo empresas que atuam no estado em setores como, por exemplo, o sucroalcooleiro ou de gesso, para financiar projetos de pesquisa, segundo revela o diretor da Fapepe.

Parcerias estratégicas - Apesar dos problemas orçamentários decorrentes do não cumprimento da legislação por par-

te dos governos estaduais, a representação das FAPs no país cresce significativamente. Quando foi criado o Fórum das FAPs, em 1997, elas não passavam de dez. “Hoje são 22”, diz o presidente do Fórum das FAPs. Só falta organizar as fundações em Roraima, Rondônia, Amapá e Espírito Santo. “Foi um crescimento significativo”, ele reconhece.

As novas fundações, como a da Bahia, por exemplo, nascem com bastante fôlego. A lei que criou a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), em 2001, previa que, no primeiro ano de operação, a fundação contaria com 0,6% da receita estadual. Este percentual cresce, gradativamente, até chegar a 1%, em 2007. “Neste ano, o orçamento previsto é de R\$ 25,8 milhões”, diz Alexandre Pauperio, diretor-geral da Fapesb. No ano passado, ele comemora, o estado cumpriu integralmente o repasse. O resultado é que, diferentemente do Rio Grande do Sul, a pesquisa na Bahia “vive um grande crescimento”, como ele diz. O número de solicitações de bolsas, em 2004, por exemplo, triplicou em relação ao ano passado. Os recursos também permitiram à fundação criar mais três modalidades de apoio: produtividade de pesquisa, apoio técnico e gestão de ciência e tecnologia em projetos estratégicos. Dentre as 14 modalidades de apoio oferecidas, a mais procurada foi a de iniciação científica, com 451 inscritos na disputa de 70 bolsas. “Mas isso ainda não é suficiente”, ressalva Pauperio. As parcerias firmadas com o CNPq e a Finep injetaram mais R\$ 9 milhões no orçamento do ano passado. Este ano, a expectativa é ampliar o convênio para

garantir um volume maior de aporte das agências federais.

Indicadores de C&T - O quadro da situação das fundações, portanto, contém boas e más notícias. A primeira boa notícia é que, em oito anos, foi possível criar e implantar um sistema de apoio estadual à pesquisa em quase todo o país e estimular a investigação regional. A segunda, é que, na expectativa de ver funcionar o modelo e fazer avançar a pesquisa, os pesquisadores começam a se mobilizar para reivindicar dos estados a transferência dos recursos devidos. Os acordos com o MCT, por meio de programas do CNPq e da Finep – alguns deles com exigência de contrapartidas estaduais –, também foram positivos, principalmente para as fundações dos estados do Nordeste, já que promoveram um arranque no desenvolvimento de projetos, principalmente na área de inovação e de formação de doutores. “As ações de cooperação entre o MCT e os estados permitiram a consolidação dos sistemas estaduais, constituindo-se em elemento decisivo para a criação de novas FAPs e o aumento dos repasses de recursos”, consta no documento elaborado pelas fundações do Nordeste que foi entregue ao ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos. Mas, para a efetiva operação do sistema, elas reivindicam que o ministério priorize os projetos regionais e projetos estratégicos estaduais. Solicitam ainda o apoio para a implantação de um sistema único integrado de informações e indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação. “Com isso, seria possível criar uma forma de comparar desempenho, carências, além da evolução do trabalho das FAPs e das demandas regionais”, detalha Acácio Salvador Vêras e Silva, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (Fapepi).

Para o presidente do Fórum das FAPs, no entanto, é preciso articular um sistema nacional de inovação. “O sistema atual é centralizado, apoiado no CNPq e na Finep. Os recursos precisam ser mais bem distribuídos, já que são os operadores locais que conhecem a clientela”, observa. “É preciso pensar em parcerias de grupos de pesquisa organizados, com grupos em organização. Ao invés de desconcentração, deveríamos pensar em integração.”

Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs)

Repasses dos governos estaduais

	2003 (em R\$)		% sobre a receita tributária		2004 (em R\$)
	Previsto em lei	Realizado	Previsto em lei	Realizado	Previsto em lei
Funcap	27 milhões	24 milhões	2	1,8	30 milhões
Facepe	30 milhões	3 milhões	1	0,1	3 milhões
Fapesb	23 milhões	23 milhões	0,7	0,7	25,8 milhões
Faperj	260 milhões	80 milhões	2	0,6	120 milhões
Fapemig	91 milhões	25 milhões	1	0,2	—
FAPESP	315 milhões	320 milhões	1	1	339 milhões
Fapergs	94 milhões	12 milhões	1,5	0,34	40 milhões